



São Paulo, 30 de março de 2021.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, o Grupo está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2021 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 30 de março de 2021.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

JÖRG MICHAEL PAPE
Presidente - Comitê de auditoria

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Volkswagen S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2020 trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Dezembro de 2020. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Grupo Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais dos produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 23,6 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 19,1 bilhões.

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Maior banco de montadora no Brasil, 22º colocado entre as instituições financeiras privadas e 26ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 65,5% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 60,0% no segmento de caminhões e ônibus e 66,3% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 17,7% em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2020 concentraram 85% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

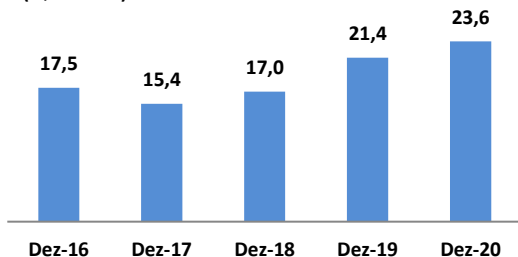
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

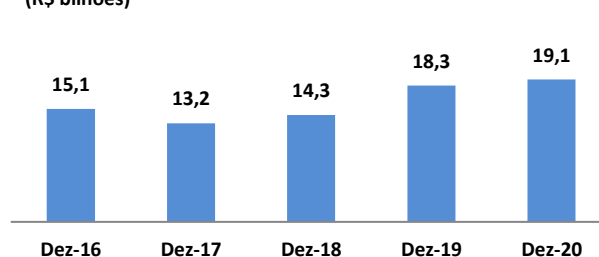
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

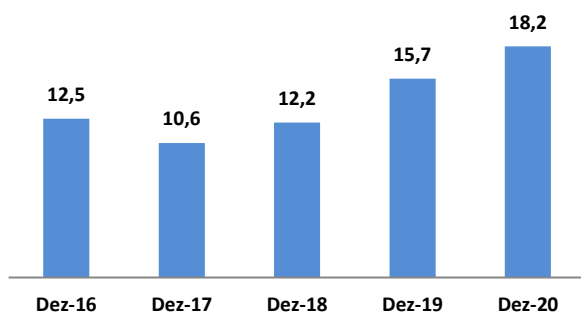
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



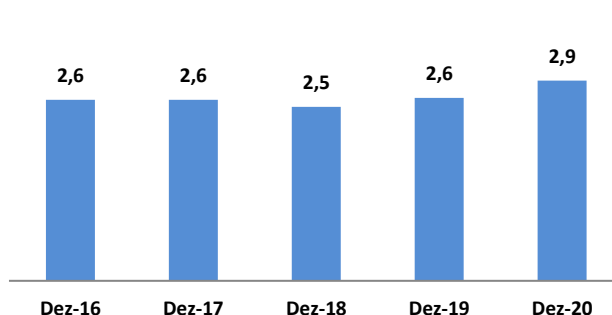
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado.....	10
Demonstração do resultado abrangente.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2020, a carteira de operações de crédito era de R\$ 19.055.825 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 632.741 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Volkswagen S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de março de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 02/02 do Bacen e na Resolução nº 4.818/20 do CMN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

Os exames das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da adoção, ocorrida em 01 de janeiro de 2021, da Resolução nº 02/02 do Bacen e da Resolução nº 4.818/20 do CMN, descritos na nota explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatórios de auditoria com ressalva sobre a apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro, em 26 de março de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 31 de dezembro de 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resoluções. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente classificados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais
ATIVO

	2020	2019
CIRCULANTE	11.195.265	10.910.245
Disponibilidades (Nota 3)	286	15.132
Instrumentos Financeiros	11.051.016	10.800.166
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.708.550	816.403
Relações interfinanceiras (Nota 3)	30	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	175.790	99.118
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	787	918
Operações de crédito (Nota 6)	8.496.987	9.186.650
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	668.872	697.077
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	26.409	34.212
Arrendamentos financeiros	26.337	33.712
Arrendamentos operacionais	72	500
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(199.885)	(266.662)
Operações de crédito	(196.101)	(260.882)
Operações de arrendamento mercantil	(440)	(591)
Outros créditos	(3.344)	(5.189)
Outros ativos (Nota 7)	317.439	327.397
NÃO CIRCULANTE	12.081.354	10.289.705
Instrumentos Financeiros	9.834.707	8.379.793
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	97.932
Operações de crédito (Nota 6)	9.834.707	8.281.861
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	27.579	49.642
Arrendamentos financeiros	27.579	49.631
Arrendamentos operacionais	-	11
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (f))	(432.856)	(391.558)
Operações de crédito	(432.393)	(388.688)
Operações de arrendamento mercantil	(463)	(2.870)
Créditos tributários (Nota 19 (a))	1.442.306	1.122.199
Outros ativos (Nota 7)	1.175.057	1.072.686
Imobilizado de arrendamento	4.290	32.476
Imobilizado de uso	17.362	20.104
Intangível	65.450	62.173
Depreciações e amortizações	(52.541)	(57.810)
Imobilizado de uso	(9.454)	(13.816)
Intangível	(43.087)	(43.994)
TOTAL DO ATIVO	23.276.619	21.199.950

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	2020	2019
CIRCULANTE	14.470.791	9.455.462
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.490.922	8.240.223
Recursos de instituição financeira (Nota 10)	2.110.398	3.242.893
Recursos de clientes (Nota 11)	6.278.506	3.695.573
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	4.777.146	765.313
Dívidas subordinadas (Nota 13)	145.637	137.450
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	21.939	10.481
Outros passivos financeiros	157.296	388.513
Outros passivos (Nota 16)	979.869	1.215.239
NÃO CIRCULANTE	5.927.491	9.117.399
Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.436.514	7.701.755
Recursos de instituição financeira (Nota 10)	768.727	1.468.540
Recursos de clientes (Nota 11)	699.675	2.108.901
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	1.011.826	1.961.209
Dívidas subordinadas (Nota 13)	1.846.364	1.818.954
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	866	-
Outros passivos financeiros	109.056	344.151
Provisões (Nota 14)	1.194.603	1.064.763
Outras provisões	1.194.603	1.064.763
Obrigações fiscais diferidas (Nota 19 (b))	169.380	157.909
Outros passivos (Nota 16)	126.994	192.972
Patrimônio líquido	2.878.337	2.627.089
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	1.580.860	1.325.795
Outros resultados abrangentes	(10.406)	(6.589)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.276.619	21.199.950

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre	Exercícios	
	2020	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.501.150	2.861.229	2.853.355
Operações de crédito	1.481.331	2.797.518	2.754.752
Operações de arrendamento mercantil	8.115	15.653	29.287
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.002	73.322	55.097
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(21.579)	(35.003)	(290)
Operações de venda de ativos financeiros	3.281	9.739	14.509
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(319.469)	(726.930)	(930.072)
Operações de captação no mercado	(250.752)	(583.240)	(687.666)
Operações de empréstimos e repasses	(68.717)	(143.690)	(242.406)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.181.681	2.134.299	1.923.283
DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (f))	(171.023)	(672.551)	(272.798)
Operações de crédito	(167.499)	(674.412)	(266.852)
Operações de arrendamento mercantil	(203)	17	(1.142)
Outros créditos	(3.321)	1.844	(4.804)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.010.658	1.461.748	1.650.485
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(540.273)	(804.847)	(649.143)
Receitas de prestação de serviços (Nota 22 (g))	71.565	141.330	169.377
Rendas de tarifas bancárias (Nota 22 (h))	64.025	106.668	96.862
Despesas de Pessoal	(1.997)	(3.867)	(3.900)
Outras despesas administrativas (Nota 22 (c))	(227.994)	(389.079)	(395.101)
Despesas tributárias	(56.567)	(105.125)	(98.143)
Outras receitas operacionais (Nota 22 (d))	90.863	190.843	232.275
Outras despesas operacionais (Nota 22 (e))	(480.168)	(745.617)	(650.513)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(59.661)	(84.919)	(138.979)
Fiscais	(15.029)	(29.820)	(47.722)
Cíveis	(40.473)	(50.281)	(71.040)
Trabalhistas	(4.159)	(4.818)	(20.217)
RESULTADO OPERACIONAL	410.724	571.982	862.363
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	410.724	571.982	862.363
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(95.561)	(133.397)	(209.163)
Contribuição social (Nota 19 (c))	(65.094)	(81.852)	(17.250)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	250.069	356.733	635.950
Lucro por ação do capital social no fim do semestre / exercício - R\$	0,80	1,14	2,03

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	250.069	356.733	635.950
Hedge de fluxo de caixa (Nota 5)	(160)	(3.817)	(6.589)
Total do resultado abrangente	249.909	352.916	629.361
Atribuível a:			
Acionistas do Grupo	249.909	352.916	629.361
Participação dos não controladores	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Reserva de lucros							Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	-	178.016	1.032.419	-	-	2.536.833
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(6.589)	-	(6.589)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	635.950	635.950
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	31.797	-	-	(31.797)	-
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	-	(388.067)	-	(151.038)	(539.105)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	453.115	-	(453.115)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.817)	-	(3.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	356.733	356.733
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	17.837	-	-	(17.837)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	-	-	(101.668)	(101.668)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17)	-	-	291.000	-	(291.000)	-	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	237.228	-	(237.228)	-
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337
Em 30 de junho de 2020	1.307.883	18.515	-	215.146	1.097.467	(10.246)	101.331	2.730.096
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	250.069	250.069
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	12.504	-	-	(12.504)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	-	-	(101.668)	(101.668)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17)	-	-	291.000	-	(291.000)	-	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	237.228	-	(237.228)	-
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2020	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre\exercícios	250.069	356.733	635.950
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações (Nota 22 (c))	3.241	6.657	8.045
Receita de juros - atualização de contrato de mútuo	(1.519)	(4.184)	3.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (f))	171.023	672.551	272.798
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	90.616	179.289	175.465
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(4.071)	12.455	9.564
Reversão para outros valores e bens	3.199	6.379	(7.013)
Recursos de consorciados - grupos encerrados	(5.065)	(7.186)	(3.319)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	98.023	152.834	184.422
Tributos diferidos	(124.951)	(304.515)	(155.182)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE \ EXERCÍCIOS	480.565	1.071.013	1.124.113
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.500	17.445	(82.485)
Redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.243.716)	(1.503.161)	(3.521.635)
Redução (aumento) em outros ativos	(180.320)	426.582	(735.588)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.527)	(356.348)	(136.222)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(1.437.063)	(1.415.482)	(4.475.930)
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.535.494)	2.403.850	3.369.202
Aumento (redução) em outros passivos	(240.062)	(345.871)	846.022
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	(1.775.556)	2.057.979	4.215.224
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.732.054)	1.713.510	863.407
Aquisição de imobilizado de uso	(3.202)	(3.202)	-
Aquisição de intangível	(6.450)	(9.259)	(12.572)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(9.652)	(12.461)	(12.572)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(61.220)	(143.691)	(109.916)
Contrato de mútuo	(143.587)	(140.922)	137.538
Dividendos pagos	-	(539.105)	(647.368)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(204.807)	(823.718)	(619.746)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.946.513)	877.331	231.089
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre\exercícios	4.655.379	831.535	600.446
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre\exercícios (Nota 3)	1.708.866	1.708.866	831.535
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.946.513)	877.331	231.089

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e demais entidades do conglomerado prudencial (conjuntamente, o “Grupo”) estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

No segundo semestre de 2020, o Banco ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil do Grupo. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(b) Consolidação

Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas a partir das demonstrações da instituição líder, o Banco, baseando-se em técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, incluem as empresas abaixo, sobre as quais o Banco detém controle direto ou indireto.

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW, empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,9999996%, sendo assim controle direto.

Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Total do passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do 2º semestre</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>
Banco	23.551.412	20.673.075	2.878.337	23.551.412	250.069	356.733
CNVW	1.008.485	296.351	712.134	1.008.485	42.393	84.033
FIDC	308.540	2.095	306.445	308.540	500	5.820
Eliminações	(1.591.818)	(573.239)	(1.018.579)	(1.591.818)	(42.893)	(89.853)
Consolidado	<u>23.276.619</u>	<u>20.398.282</u>	<u>2.878.337</u>	<u>23.276.619</u>	<u>250.069</u>	<u>356.733</u>

Em 31 de dezembro de 2019

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Total do passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do 2º semestre</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>
Banco	21.415.831	18.788.742	2.627.089	21.415.831	340.507	635.950
CNVW	904.795	276.694	628.101	904.795	48.416	90.546
FIDC	829.188	2.489	826.699	829.188	24.408	24.408
Eliminações	(1.949.865)	(495.065)	(1.454.800)	(1.949.865)	(72.824)	(114.954)
Consolidado	<u>21.199.949</u>	<u>18.572.860</u>	<u>2.627.089</u>	<u>21.199.949</u>	<u>340.507</u>	<u>635.950</u>

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3)

(e) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 4) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, esta apresentada na (Nota 5).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

i – Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade registrado no ativo, no Balanço patrimonial classificado em “Operações de crédito” e a posição de obrigações por operações de transferência de ativos financeiros classificado no Balanço patrimonial como “Outros passivos financeiros”. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(f) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022, não impactando nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 19)

(i) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(j) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos esta apresentada na (Nota 7).

(k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificados na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 10, 11, 12 e 13).

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(o) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 16).

(p) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei;
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos;
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

O Grupo apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 18).

(q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas do Grupo e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Grupo e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (j)).

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total disponibilidades - caixa	286	15.132
Disponibilidades - depósitos bancários	286	15.132
Total aplicações no mercado aberto	1.451.429	463.327
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	127.209	30.002
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.309.643	171.520
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.577	261.805
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	257.121	353.076
Pós-fixado DI	257.121	353.076
Total relações interfinanceiras	30	-
Relações com correspondentes no país	30	-
	<u>1.708.866</u>	<u>831.535</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 175.790 (2019 - R\$ 197.050), com liquidez imediata, sem vencimento e são classificados como disponíveis para venda. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, marcados a mercado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nacional	<u>2020</u>			
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	265.971	787	-	14.906	-
Swap - DI x Pré	265.971		(879)	(15.148)	
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	4.023.951	-	(21.926)	(34.761)	(10.406)
		<u>787</u>	<u>(22.805)</u>	<u>(35.003)</u>	<u>(10.406)</u>
Circulante		<u>787</u>	<u>(21.939)</u>		
Não circulante		<u>-</u>	<u>(866)</u>		

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Tipo	Valor nocional				2019
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	730.570	918	-	1.952	-
Swap - DI x Pré	730.570	-	(998)	(2.210)	
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	1.389.574	-	(9.483)	(32)	(6.589)
		918	(10.481)	(290)	(6.589)
Circulante		918	(10.481)		

Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI). Em 31 de dezembro de 2020 o valor nocional é de R\$ 4.023.951 (2019 – R\$ 1.389.574). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 10.406 (2019 – R\$ 6.589).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2020	2019
Operações de crédito	18.331.694	17.468.511
Operações de arrendamento mercantil financeiro	53.916	83.343
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	1.343	8.934
Outros créditos - títulos e créditos a receber	668.872	697.077
	19.055.825	18.257.865

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ 72 (2019 – R\$ 511) e imobilizado de arrendamento R\$ 4.290 (2019 – R\$ 32.476).

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2020					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	3.024.958	3.024.958	820
A	-	-	11.794.007	11.794.007	60.112
B	148.709	15.721	1.793.904	1.958.334	19.585
C	118.880	6.311	1.086.905	1.212.096	36.363
D	101.904	7.798	327.050	436.752	43.675
E	49.777	5.395	28.362	83.534	25.060
F	55.837	6.965	111.057	173.859	86.929
G	29.056	4.925	6.312	40.293	28.205
H	221.981	77.259	32.752	331.992	331.992
	<u>726.144</u>	<u>124.374</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>	<u>632.741</u>

2019					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	2.037.027	2.037.027	698
A	-	-	10.407.221	10.407.221	52.854
B	249.333	24.355	2.715.647	2.989.335	29.903
C	230.380	13.601	1.319.717	1.563.698	46.911
D	178.347	15.972	384.930	579.249	57.951
E	144.145	15.738	37.813	197.696	59.333
F	79.406	10.866	16.701	106.973	53.487
G	51.271	10.320	3.686	65.277	45.694
H	167.171	79.538	64.680	311.389	311.389
	<u>1.100.053</u>	<u>170.390</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>	<u>658.220</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2020			
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	<u>726.144</u>	<u>18.175.916</u>	<u>18.902.060</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	8.607	29.391	37.998
De 15 a 60 dias	35.585	-	35.585
De 61 a 180 dias	48.827	-	48.827
De 181 a 360 dias	31.355	-	31.355
	<u>124.374</u>	<u>29.391</u>	<u>153.765</u>
	<u>850.518</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	2019		
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	264.456	5.894.908	6.159.364
De 181 a 360 dias	222.183	3.482.568	3.704.751
Acima de 361 dias	613.414	7.572.420	8.185.834
	<u>1.100.053</u>	<u>16.949.896</u>	<u>18.049.949</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	12.050	37.526	49.576
De 15 a 60 dias	70.363	-	70.363
De 61 a 180 dias	61.234	-	61.234
De 181 a 360 dias	26.743	-	26.743
	<u>170.390</u>	<u>37.526</u>	<u>207.916</u>
	<u>1.270.443</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2020	2019
Pessoas físicas	8.203.450	7.941.499
Outros serviços	6.171.676	5.368.744
Comércio	3.189.613	3.930.799
Indústria	1.073.338	799.703
Rural	68.453	62.045
Habitação	213.603	138.847
Intermediário financeiro	135.692	16.228
	<u>19.055.825</u>	<u>18.257.865</u>

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2020		2019	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	17	72	191	511
Bens arrendados	103.054	8.408	149.359	58.475
Depreciação acumulada de bens arrendados	(73.221)	(4.118)	(80.874)	(25.999)
Superveniência de depreciação	37.542	-	37.976	-
Perdas em arrendamento a amortizar	5.360	-	2.140	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(2.367)	-	(1.081)	-
Credores por antecipação de valor residual	(16.469)	-	(24.368)	-
	<u>53.916</u>	<u>4.362</u>	<u>83.343</u>	<u>32.987</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2025 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 38.617 (2019 - R\$ 47.626), sendo que desse total R\$ 16.469 (2019 - R\$ 24.368) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	658.220	632.770
Constituição de provisão	672.551	272.798
Baixas por utilização	(698.030)	(247.348)
Saldo final	<u>632.741</u>	<u>658.220</u>

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 456.183 (2019 - R\$ 416.761). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 4.466.990 (2019 - R\$ 95.531) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 3.245.544 (2019 - R\$ 196.922).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.564.128.

7. OUTROS ATIVOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	903.104	793.212
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	217.347	324.758
Impostos e contribuições a compensar	320.820	251.044
Outros valores e bens	40.272	18.122
Despesas antecipadas	10.953	12.947
Total	<u>1.492.496</u>	<u>1.400.083</u>
Circulante	<u>317.439</u>	<u>327.397</u>
Não circulante	<u>1.175.057</u>	<u>1.072.686</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

8. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis equipamentos de uso	Total
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	2.160	2.160
Aquisições	6.104	6.104
Depreciação do período	(1.976)	(1.976)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	6.288	6.288
Custo	20.104	20.104
Depreciação acumulada	(13.816)	(13.816)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	6.288	6.288
Aquisições	3.276	3.276
Depreciação do período	(1.582)	(1.582)
Baixas	(74)	(74)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Custo	17.362	17.362
Depreciação acumulada	(9.454)	(9.454)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908

9. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de software gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	3.526	14.254	17.780
Aquisições	2.793	3.675	6.468
Amortização do período	(1.456)	(4.613)	(6.069)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	4.863	13.316	18.179
Custo	27.830	34.343	62.173
Amortização acumulada	(22.967)	(21.027)	(43.994)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	4.863	13.316	18.179
Aquisições	1.944	7.315	9.259
Amortização do período	(667)	(4.408)	(5.075)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	6.140	16.223	22.363
Custo	23.792	41.658	65.450
Amortização acumulada	(17.652)	(25.435)	(43.087)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	6.140	16.223	22.363

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

10. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 2.879.125 (2019 - R\$ 4.711.433), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC,e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 130,30% do DI (2019 - 103,90% a 106,25% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento:

	2020		2019	
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME
Até 90 dias	308.888	206.206	521.566	268.641
De 91 a 365 dias	1.093.228	502.076	1.775.224	677.462
De 1 a 3 anos	107.058	611.723	291.146	986.549
Acima de 3 anos	-	49.946	-	190.845
Total	1.509.174	1.369.951	2.587.936	2.123.497

11. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 96,0% a 130,0% do DI (2019 - 97,0% a 105,0% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

	2020	2019
Até 90 dias	2.107.062	1.336.715
De 91 a 365 dias	4.171.444	2.358.858
De 1 a 3 anos	664.832	2.069.004
Acima de 3 anos	34.843	39.897
Total	6.978.181	5.804.474

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Banco, custodiadas na B3, com vencimento até novembro de 2023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI (2019 - com vencimento até novembro de 2022, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 104,5% do DI).

Com a adesão ao SPB, no segundo semestre de 2020, o Banco se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro, no montante de, R\$ 3.107.143, referem-se a essas operações e são indexados em 100% de Selic + 0,60% a.a..

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 90 dias	695.401	-
De 91 a 365 dias	4.081.745	765.313
De 1 a 2 anos	1.011.826	1.961.209
	<u>5.788.972</u>	<u>2.726.522</u>

13. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são compostas como segue:

<u>Prazo até o vencimento</u>	<u>Valor original da operação</u>		<u>Saldo</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 1 ano	57.047	58.245	145.637	137.450
De 1 a 3 anos	217.148	130.924	537.698	300.927
De 3 a 5 anos	178.813	237.135	432.664	528.956
Acima de 5 anos	421.636	506.586	876.002	989.071
	<u>874.644</u>	<u>932.890</u>	<u>1.992.001</u>	<u>1.956.404</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,1% ao ano (2019 – 8,7% a 10,3% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.255.827 (2019 – R\$ 1.282.749). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 22 (b)) do patrimônio de referência do Grupo, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 717.876 (2019 – R\$ 825.694).

14. PROVISÕES

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 15)	1.194.517	1.064.679
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 22 (i))	86	84
	<u>1.194.603</u>	<u>1.064.763</u>
Não circulante	<u>1.194.603</u>	<u>1.064.763</u>

15. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	87.428	85.637	20.779	12.797
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	291.665	257.561	75.110	67.837
Riscos fiscais (Nota 15 (c))	173.855	163.246	122.103	108.644
Obrigações legais (Nota 15 (c))	641.569	558.235	685.112	603.934
Total	1.194.517	1.064.679	903.104	793.212
Não circulante	1.194.517	1.064.679	903.104	793.212

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	Exercícios	
	2020	2019
Saldo inicial	1.064.679	918.059
Constituição	236.455	232.096
Reversão (i)	(99.757)	(75.576)
Baixa	(22.996)	(37.802)
Atualização monetária	16.136	27.902
Saldo final	1.194.517	1.064.679

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

A Administração do Grupo avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 67.658 (2019 - R\$ 68.866) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2019 – R\$ 37.962).

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 585.753 (2019 - R\$ 506.588) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 28.967 (2019 – R\$ 27.595).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributárias		
IOF (i)	778.190	766.996
IRPJ/CSLL (ii)	419.454	302.398
ISS (iii)	385.945	350.638
PIS/COFINS (iv)	11.191	9.231
Outros	103.039	85.083
	<u>1.697.819</u>	<u>1.514.346</u>
Cíveis		
Ações revisionais	5.882	31.625
	<u>5.882</u>	<u>31.625</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Refere-se principalmente a discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

(iv) Discussão sobre a cobrança de PIS relacionado ao período de dezembro de 2002 a janeiro de 2010 e discussão acerca da cobrança de PIS e COFINS decorrente de dedução de despesas operacionais do Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sociais e estatutárias (Nota 17)	101.668	539.105
Recursos de consorciados - grupos encerrados	136.211	132.594
Contratos de financiamentos a pagar	125.739	52.664
Contas a pagar	116.989	95.909
Recebimentos em trânsito a processar	19.690	28.686
Impostos e contribuições a pagar	464.428	341.925
Resultado de exercícios futuros	100.318	176.005
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	990	5.086
Outros	40.830	36.237
Total	<u>1.106.863</u>	<u>1.408.211</u>
Circulante	<u>979.869</u>	<u>1.215.239</u>
Não circulante	<u>126.994</u>	<u>192.972</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2019 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima ao montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668.

O pagamento será realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembléia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição deve ser ratificada na Assembléia Geral Ordinária e aprovada pelo Banco Central, portanto tais montantes não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2020. A Instituição solicitou autorização ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial, e aguardará a decisão para o pagamento.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano de 2019, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;

(ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores foram pagos no primeiro semestre de 2020.

18. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>Exercícios</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador		
Lucro líquido dos exercícios	356.733	635.950
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	1,14	2,03

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários do Grupo foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, no valor de R\$ 1.315.442.144.306 (2019 - R\$ 1.122.199), relacionados principalmente a provisões para perdas de operações de crédito no montante de R\$ 862.015 (2019 - R\$ 619.204) e contingências no montante de R\$ 256.652 (2019 - R\$ 233.178), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>De 2025 a 2030</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	345.080	415.461	25.167	13.543	643.055	1.442.306

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 31 de dezembro de 2020 de 2019, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.204.826 (2019 - R\$ 916.754) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	<u>Créditos tributários</u>		<u>Passivos tributários diferidos</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Exercícios</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	1.122.198	934.332	157.909	129.616
Constituição	794.459	385.676	49.434	29.617
Realização	(474.351)	(197.809)	(37.963)	(1.324)
Saldo final	1.442.306	1.122.199	169.380	157.909

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	571.982	862.363
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(235.293)	(326.957)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(12.643)	(15.212)
Decuções incentivos fiscais	13.070	12.511
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	21.622	96.845
Outros	(2.005)	6.400
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(215.249)</u>	<u>(226.413)</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo</u>		<u>Exercícios</u>	
	<u>(Passivo)</u>		<u>Receita</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
			<u>(Despesa)</u>	
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(21.404)	(6.756)	(382)	(943)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(35.342)	(19.733)	(453)	(1.843)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(2.257)	(6.394)	(109)	(851)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(15.980)	(6.177)	(261)	(1.322)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	107.449	-	449	-
Depósitos a prazo	(680.302)	(23.972)	(13.236)	(967)
Sociais e estatutárias	(101.668)	(539.105)	-	-
Contas a receber	5.511	5.365	(145)	(269)
Contas a pagar	(23.929)	(17.662)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(190.811)	(199.139)

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020**
Em milhares de reais

	Ativo		Exercícios	
	2020	(Passivo) 2019	2020	Receita (Despesa) 2019
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(176.826)	(66.578)	(3.112)	(1.335)
Operação de crédito	152.976	-	3.933	-
Contas a receber	139.594	135.556	(4.038)	(3.115)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(2.029.425)	(1.675.068)	(70.797)	(49.581)
Letras financeiras subordinadas	(1.992.001)	(1.956.404)	(179.289)	(175.465)
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.083.972)	(463.048)	(20.026)	(12.391)
Contas a receber – valores a ressarcir	477	477	-	1.641
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	-	-	(2.015)	-
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a receber – valores a ressarcir	347	-	(154)	(374)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

	Exercícios	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo	10.809	9.588
Benefícios pós-emprego	223	216
Outros benefícios de longo prazo	492	376
	11.524	10.180

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

21. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**(a) Comparativo do valor contábil e valor justo**

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.708.866	1.708.866	831.535	831.535
Ativos financeiros disponível para venda (i)	175.790	175.790	197.050	197.050
Instrumentos financeiros derivativos (i)	787	787	918	918
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	17.760.575	17.514.606	16.931.810	16.813.266
Outros ativos	207.916	207.916	1.400.082	1.400.082
Total de ativos financeiros	19.853.934	19.607.965	19.361.395	19.242.851
Recursos de instituição financeira (ii)	2.879.125	2.879.125	4.711.434	4.711.434
Recursos de clientes (iii)	6.978.181	6.978.181	5.804.474	5.804.474
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	5.788.972	5.788.972	2.726.522	2.726.522
Instrumentos financeiros derivativos (i)	22.805	22.805	10.481	10.481
Dívidas subordinadas (iv)	1.992.001	1.611.709	1.956.403	1.628.931
Outros passivos (v)	794.628	794.628	1.408.211	1.408.211
Total de passivos financeiros	18.455.712	18.075.420	16.617.525	16.290.053

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Banco em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.708.550	1.708.550	-	-	1.708.550
Ativos financeiros disponível para venda	175.790	175.790	-	-	175.790
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	-	787
Total de ativos financeiros	1.885.127	1.884.340	787	-	1.885.127
Instrumentos financeiros derivativos	22.805	-	22.805	-	22.805
Total de passivos financeiros	22.805	-	22.805	-	22.805

	Em 31 de dezembro de 2019				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	816.403	816.403	-	-	816.403
Ativos financeiros disponível para venda	197.050	197.050	-	-	197.050
Instrumentos financeiros derivativos	918	-	918	-	918
Total de ativos financeiros	1.014.371	1.013.453	918	-	1.014.371
Instrumentos financeiros derivativos	10.481	-	10.481	-	10.481
Total de passivos financeiros	10.481	-	10.481	-	10.481

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, o Grupo possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, o Grupo estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. O Grupo captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados do Grupo, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais o Banco assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	2020	2019
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.448.537	3.352.242
Nível I	2.730.661	2.526.548
Capital principal	2.730.661	2.526.548
Patrimônio líquido	2.878.337	2.627.089
Ajustes prudenciais	(147.676)	(100.541)
Nível II	717.876	825.694
Instrumentos de dívida subordinada	717.876	825.694
Ativos ponderados pelo risco - RWA	19.488.139	18.460.220
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	18.291.891	17.302.454
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽³⁾	1.196.248	1.157.766
Índice de Basileia - Total	17,70%	18,16%
Capital nível I	14,01%	13,69%
Capital principal	14,01%	13,69%
Capital nível II	3,69%	4,47%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 9,25% (2019 - 10,5%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 5,75% (2019 - 7,0%) entre o capital principal e o RWA, e de 7,25% (2019 - 8,5%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia foi de 17,7% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 14,0% em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(c) Outras despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com serviços especializados	307.784	274.775
Despesas com registro de contrato	54.800	55.988
Despesas com publicidade	4.773	41.681
Despesas com depreciação e amortização	6.657	8.045
Despesas de comunicação e manutenção	8.273	9.879
Outras despesas administrativas	6.792	4.733
	<u>389.079</u>	<u>395.101</u>

(d) Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reversão de provisões (i)	21.425	48.121
Multa penal compensatória	45.630	50.529
Recuperação de encargos e despesas (ii)	42.851	53.110
Variação monetária ativa	25.783	32.537
Taxa de permanência	34.593	24.019
Outras receitas operacionais	20.561	23.959
	<u>190.843</u>	<u>232.275</u>

(i) Refere-se, a reversão de provisões ativas.

(ii) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(e) Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com descontos concedidos	309.220	248.393
Despesas com comissões e bonificações com venda(i)	278.733	243.715
Despesas com provisões operacionais (ii)	7.097	13.096
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	17.006	33.160
Despesas com busca e apreensão	55.634	29.626
Outras despesas operacionais	77.927	82.523
	<u>745.617</u>	<u>650.513</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

O Lucro líquido do exercício foi de R\$ 356.733 (2019 – R\$ 635.951), o resultado recorrente foi de R\$ 716.329, (2019 – R\$ 635.951), e o resultado não recorrente foi de R\$ (359.596) (2019 – nil), o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado recorrente	716.329	635.950
Resultado não recorrente	(359.596)	-
Provisão para devedores duvidosos (i)	(359.596)	-
Lucro líquido dos exercícios	<u>356.733</u>	<u>635.950</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Receita de prestação de serviços

Refere-se à taxa de administração devida pelos participantes do consórcio.

(h) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(i) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pelo Banco, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 8.601 (2019 - R\$ 8.369), cuja provisão é de R\$ 86 (2019 - R\$ 84), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

O exercício de 2020 se destacou por ser um período desafiador devido à pandemia causada pelo Covid-19, iniciada no final do primeiro trimestre de 2020. O Grupo, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Conforme destacado na nota 22 (f) houve durante o ano um crescimento da provisão para liquidação duvidosa para fazer frente a crise do Covid-19.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

DIRETORIA

JORG MICHAEL PAPE

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

*

*

*